

ARQUEOLOGIA PÚBLICA ENQUANTO SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA NOVA IGUAÇU E SEUS DISTRITOS EMANCIPADOS NA BAIXADA FLUMINENSE

José Mauricio da Silva

Arqueólogo, doutorando em Arqueologia no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ
E-mail: arqueomauricio@outlook.com

Claudia Rodrigues Carvalho

Arqueóloga, Professora de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ
E-mail: claudia@mn.ufrj.br

RESUMO

Este artigo versa sobre o patrimônio cultural arqueológico inserido no polígono formado pelo Município de Nova Iguaçu e seus distritos emancipados, localizados na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tem como objetivo apresentar a arqueologia pública, enquanto corrente teórico-metodológica com potencial mitigatório aos riscos a que está submetido tal patrimônio em consequência dos impactos provocados pelo intenso processo de urbanização, em curso, na região de referência desse estudo. Espera-se oferecer suporte teórico que contribua com a inclusão desse patrimônio nas pautas políticas e sociais e ao planejamento de ações que venham garantir a conservação desse acervo, visto aqui, enquanto recurso cultural a ser explorado por um capital social em emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Pública, Plano de Manejo, Potencial Arqueológico, Preservação, Urbanização

Artigo recebido em: 29/11/2021

Artigo aceito em: 18/04/2022



ABSTRACT

This article versa about the archaeological cultural heritage inserted in the polygon formed by the Municipality of Nova Iguaçu and their emancipated districts, located in Baixada Fluminense, Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Have as objectives to present public archeology as a theoretical-methodological current with mitigating potential to the risks to which such heritage is subjected as a result of the impacts caused by the intense urbanization process, ongoing, in the reference region of this study. It is expected to offer theoretical support that contributes to the inclusion of this heritage in the political and social agendas and to the planning of actions that will ensure the conservation of this collection, seen here, as a cultural resource to be explored by a social capital in emergency.

KEYWORDS: Public Archeology, Management Plan, Archaeological Potential, Preservation, Urbanization

RESUMEN

Este artículo trata sobre el patrimonio cultural arqueológico inserto en el polígono formado por el Municipio de Nova Iguaçu y sus distritos emancipados, situado en la Baixada Fluminense, Región Metropolitana de Río de Janeiro. Su objetivo es presentar la arqueología pública como una corriente teórico-metodológica con potencial mitigador de los riesgos a los que está sometido dicho patrimonio como consecuencia de los impactos provocados por el intenso proceso de urbanización, en curso, en la región de referencia de este estudio. Se espera ofrecer un soporte teórico que contribuya a la inclusión de este patrimonio en las agendas políticas y sociales y a la planificación de acciones que aseguren la conservación de esta colección, vista aquí, como un recurso cultural a explorar por un capital social en emergencia.

PALABRAS CLAVE: Arqueología pública, Plan de gestión, Potencial arqueológico, Preservación, Urbanización.



Introdução

Esse artigo aborda o patrimônio arqueológico inserido nos Municípios de Nova Iguaçu e seus distritos emancipados na Baixada Fluminense (Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo). Esse patrimônio forma um acervo constituído por 44 sítios arqueológicos levantados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - CNSA/IPHAN e 29 sítios arqueológicos localizados em decorrência das expedições em campo, inseridos na área de abrangência da pesquisa, compreendida entre os rios Iguaçu, Guandu e Santana e os maciços do Tinguá e Mendanha. Os sítios arqueológicos estão concentrados em duas áreas no espaço da pesquisa: uma agrária e outra urbana. O estudo foi efetuado por uma metodologia definida em quatro processos descritos em métodos e materiais, constituídos por um levantamento bibliográfico, entendido como o mapeamento da informação produzida e preservada o que possibilitou a organização de um conjunto de textos históricos e atuais distribuídos em fontes primárias e fontes secundárias. A entrevista foi outro processo, utilizado para observar a percepção dos envolvidos na preservação do patrimônio arqueológico no espaço estudado e de que maneira entendem a preservação desse bem cultural. Uma terceira linha de ação foi executada pelas vistorias realizadas no campo que envolveram a visita, descrição e documentação visual, quando "possível", do patrimônio arqueológico e seu entorno. Para facilitar a visualização de estruturas arqueológicas, na superfície do terreno, foi utilizado um sistema de caminhamento em linhas retas para percorrer os espaços com cobertura vegetal intensa. Foram percorridas todas as áreas do território, sendo algumas de difícil acesso pelas ações do tráfico de drogas, que atuam criando barreiras de entrada.

Ficou evidenciado que a principal força, de impacto negativo, que age sobre os sítios arqueológicos, é provocada pela inexistência de uma política pública de preservação que envolva a fiscalização efetiva e a educação patrimonial. Essa ausência torna o risco ao patrimônio, mais ou menos ameaçador. Os impactos negativos diretos são consequência do intenso processo de urbanização em curso na região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que expõe os sítios localizados na área urbana sob riscos intensos em função da rápida transformação do espaço. Os sítios localizados em áreas rurais apresentam riscos sob menor intensidade e, esses riscos, são caracterizados, principalmente, pelo aproveitamento das pedras de uma estrutura histórica, ou parte dela, para construção de uma casa, curral, galpão ou qualquer instalação rural necessitada no momento.



O objetivo desse artigo é discutir a preservação do patrimônio arqueológico existente nos municípios citados e abordar a arqueologia pública, enquanto corrente teórica-metodológica potencializada a mitigar os impactos negativos provocados, de um lado pela falta de políticas públicas locais voltadas à conservação do patrimônio arqueológico e, de outro, os efeitos do intenso processo de urbanização percebido na região (CASTELL, 2009). Dessa forma, contribuir com a formulação de propostas que possam resultar em planos de ações voltados à conservação desse conjunto de bens arqueológicos localizados. Nesse contexto a arqueologia pública é apontada como abordagem teórica-metodológica a ser discutida e aplicada, considerando 1) que apresenta sua importância diante de um público formado por uma população cuja origem está em diversas regiões do Brasil o que, por esse motivo, já demanda informações sobre o local. 2) A arqueologia pública, ainda tem a função de mobilizar os recursos voltados para atrair a atenção dos diversos atores que agem nos locais e provocar a discussão com vistas a um plano de gestão do patrimônio cultural arqueológico evidenciado, garantindo sua preservação.

Arqueologia pública pensada nos limites de Nova Iguaçu e seus distritos emancipados

Existem diversas e intensas abordagens sobre a arqueologia pública e seu crescimento como uma perspectiva distinta na prática arqueológica. Esta peculiaridade promove a elaboração de um conceito de arqueologia pública amplo, capaz de absorver o público, o patrimônio cultural arqueológico e os atores inseridos em atividades correlatas e específicas no espaço desse estudo.

Nos EUA e Reino Unido, em um dos momentos do desenvolvimento da arqueologia “pública”, houve dependência do apoio público para convencer legisladores e desenvolvedores de que os sítios arqueológicos precisavam de proteção ou mitigação, frequentemente profissionais sem formação em Arqueologia eram requisitados para realizar o trabalho. Porém à medida que a arqueologia se tornou mais profissionalizada, o elemento “público”, dessa arqueologia, passou a consistir em arqueólogos administrando recursos em nome do público, em vez de implicar num grande envolvimento do público no trabalho em si. Com a profissionalização da arqueologia, observou-se um declínio da participação do público (MERRIMAN, 2004, p. 3).

É difícil encontrar uma definição clara para a arqueologia pública, embora seus limites e profundidades sigam em discussão sua essência já aparece mais evidente. (SÁNCHEZ, 2011, p. 87). Para elaboração de uma proposta pública da arqueologia, encontramos como “desafio, a



necessidade de entender e localizar o Patrimônio Cultural Arqueológico” (BASTOS, 2006, p. 1). Visto que Funari et. Al. (2008, p. 131-132) entendem a arqueologia pública como todos os aspectos públicos da Arqueologia em interação com a sociedade. Observamos em Jamerson Jr. (2004, p. 21) a “interpretação pública da arqueologia”, que se concentra nos métodos e técnicas de transmitir informações arqueológicas ao público leigo de forma envolvente, educativa e precisa. Merriman (2004, p. 1) aponta dois significados mais específicos de público como centrais para qualquer discussão em arqueologia pública, onde o primeiro é a associação da palavra “público” com o Estado e suas instituições. O segundo é o conceito de público como um grupo de indivíduos que debatem questões e consomem produtos culturais, e cujas reações geram opiniões compartilhadas pela adesão dos demais. “Arqueologia pública é negociação e conflito do significado” (MERRINAN, 2004, p. 5). Nesse artigo, conceituamos arqueologia pública, enquanto corrente arqueológica potencializada ao desenvolvimento e adequações de métodos e técnicas para levar o conhecimento produzido pelos arqueólogos ao público e garantir a conservação do patrimônio arqueológico. E, público, a esfera compartilhada pela sociedade sob administração do Estado, assim, instituições do Estado, organizações sociais, pessoas jurídicas, cidadãos e cidadãs constituem o alvo de alcance da arqueologia pública. É o lado didático, político, extensivo, publicitário e comunicativo da arqueologia em direção aos diversos tipos de interesses identificados na sociedade, ou seja, conforme diz Merriman (2004, p. 5), é o estudo dos processos e resultados pelos quais a arqueologia se torna acessível à sociedade, onde a contestação e a dissonância são inevitáveis.

Considerando Gabriel Moshenska (2010, p. 01), a partir da avaliação que fez dos dez anos que se seguiram ao esboço editado por Schadla-Hall, em 1999, sobre o tema, uma abordagem que para o autor tornou-se firmemente estabelecida por meio da publicação de livros, cursos universitários, pesquisa acadêmica e revistas dedicadas ao assunto. Uma posição alcançada e confirmada por Akira Matsuda (2004, p. 66), quando disse “que a Arqueologia Pública cresceu gradualmente e de forma constante, desde a década de 1970, e apresenta como resultado, o surgimento de várias instituições acadêmicas que oferecem cursos de graduação e pós-graduação, e até um periódico intitulado *Public Archaeology*”. Esse crescimento não resultou numa igual compreensão e entendimento, entre os arqueólogos, quanto aos objetivos e metodologia da Arqueologia Pública, o que pode ser explicado, em parte, pela ampla abrangência da disciplina, mas talvez, principalmente, pelo fato de a Arqueologia Pública não ter articulado, à época, o que se entende por “público” (MATSUDA, 2004, p. 66). No entanto, essa situação é confirmada por Moshenska (2010, p. 01), quando diz que, “ainda existe um grau de incerteza quanto à definição e delimitação precisa do que vem a ser Arqueologia Pública”, ou seja, um conceito que possa ser



compartilhado por todos. Matsuda (2004, p.66) busca abordar, profundamente, os diferentes conceitos de "público" empregados pela arqueologia pública, considerando seus objetivos. A autora considera que ao definir uma base teórica para a arqueologia pública, seja possível explorar formas pelas quais o conceito de esfera pública possa ser aplicado na prática. Já Moshenska (2010, p. 01), foca na produção e no consumo da disciplina do que ele chama de "commodities" arqueológicas, adequados pelos autores para "bens arqueológicos", entendidos em seu sentido amplo. Os bens arqueológicos (commodities), nas palavras de Moshenska (2010, p. 01), "são as coisas que possuem valores e existem em uma variedade de formas, mas que podem ser agrupadas em um pequeno conjunto de tipos distintos". Apresenta e descreve uma tipologia de bens arqueológicos e examina, brevemente, algumas das suas implicações para a arqueologia em geral e a arqueologia pública em particular. Então, na defesa do autor, existem cinco tipos de commodities arqueológicas identificados por ele: 1) materiais arqueológicos, 2) conhecimentos e habilidades arqueológicos, 3) trabalho arqueológico, 4) experiências arqueológicas, 5) imagens arqueológicas. Na visão de Moshenska, a relevância desta tipologia para a compreensão da arqueologia pública de uma forma geral, pode ser observada no trabalho do Arqueólogo Robert Eric Mortimer Wheeler (1890-1976), considerando a compreensão instintiva dele sobre o valor dos bens arqueológicos. Matsuda (2004, p. 66), desloca seu propósito para os conceitos de "público", dos quais dois são especificamente discutidos: o público como o estado autoridade e o público como pessoa e, desta forma, concentra sua discussão focada em como configurar a esfera pública da arqueologia. Já Gould (2016, p.01) atenta para uma necessária discussão, entorno da metodologia de pesquisa na arqueologia pública e comunitária e propõe isso, através de estudos de casos sob a alegação de que, "esses trabalhos, permitem a exploração de situações que, pela sua natureza, não são facilmente reduzidos a dados estatísticos" (GOULD, 2016, p.01).

A região em questão, formada pelos municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo, na Baixada Fluminense, constitui-se num território com forte potencial arqueológico, confirmado a cada pesquisa empreendida, principalmente no campo da arqueologia empresarial ou preventiva (DIAS & NETO, 2017; INEA, E-07-202.161-2006, p. 5.3-77; DIAS, CARVALHO, RODRIGUES, 2016, SILVA, 2017, p.66). Isso permite a abordagem de um capital social em formação, constituído pelas pessoas que começam a se utilizar do patrimônio cultural arqueológico, enquanto bem social passivo de ser explorado, porém há necessidade de um plano de ação que contemple, de forma otimizada, as atividades. Esse grupo pode ser caracterizado em função de sua constituição que vai do organizador, que pode ser um professor fazendo a prática de sua disciplina ao "consumidor" ou beneficiário da atividade, que por sua vez pode ser do aluno no



exercício de suas atividades pedagógicas, a dona de casa em busca de uma atividade de lazer num fim de semana, um guia turístico levando um grupo para passeio ou ao produtor rural que desperte para a importância do patrimônio arqueológico em sua propriedade e queira desenvolver alguma atividade para oferecer à sua comunidade e a visitantes a oportunidade de conhecer e usufruir de elementos do patrimônio, agregando capital simbólico à propriedade. É importante ressaltar, todavia, que conhecimento, valorização e fruição do patrimônio cultural arqueológico são a força motriz, mas não encerram a constituição de políticas e ações preservacionistas.

Nesse propósito é fundamental que em cada plano de ação seja considerado: a) a percepção do grupo social pelo trabalho da arqueologia; b) o propósito de envolver o grupo social no trabalho a ser desenvolvido e a partir daí; c) a construção do plano de extensão (comunicação, publicização, articulação política, relações sociais, etc.). Nos EUA, arqueologia pública é entendida como as adequações do gerenciamento dos recursos culturais, por meio da educação patrimonial, exposições em escolas, parques e museus (JAMESON JR, 2004, p. 22). Segundo o autor (2004, p. 23), as investigações iniciais despertaram um crescente interesse público pelos remanescentes das culturas nativas estadunidenses e incentivou a Smithsonian Institution, fundada em 1848, a registrar os modos de vida, costumes, cultura material e linguagem de grupos nativos.

Pensando a construção de um programa alicerçado na arqueologia pública no âmbito do patrimônio arqueológico de Nova Iguaçu e seus distritos emancipados

Apresentamos e comentamos a seguir, iniciativas e projetos associados à área de estudo que revelam o potencial arqueológico e a relevância cultural dos remanescentes pretéritos dispersos pela região. Apontamos como experiências operacionais voltadas ao patrimônio arqueológico que podem ser atualizados sob a ótica teórico-metodológica da arqueologia pública e adequados à realidade de cada lugar. Por outro lado, a citação tem caráter informativo sobre iniciativas locais que precisam ser articuladas na convergência de um planejamento amplo local.

A integração dos diversos atores que, de alguma forma, defendem o patrimônio cultural e, em especial, o arqueológico se torna fundamental à propositura de uma política pública local, inclusive, nos fundamentos de um consórcio em função da Lei federal 11.795/2008 de 08 de outubro de 2008. Uma integração que pode ser efetivada com várias atividades articuladas. Um roteiro estruturado para operacionalização de uma abordagem ecológica, arqueológica, histórica e



ambiental direcionada a escolas, associações de produtores rurais e moradores é pensado enquanto método a ser testado. Nessa linha, caminhadas arqueológicas, exposições, palestras e cursos são instrumentos propostos como forma de divulgação do conhecimento arqueológico, sobretudo em relação ao patrimônio arqueológico, para os não especialistas na área (CAMARGO & FUNARI, 2018).

Outra atividade vista com promessa de sucesso são visitas arqueológicas dentro de um planejamento efetivo e continuado estruturadas com escolas públicas da região. Defendemos que isso permitirá verificar, no campo, o interesse na preservação do bem arqueológico, formado pelo propósito de reverter, à sociedade, a atenção ao patrimônio arqueológico que exerce “um papel histórico em relação ao conceito de nação, sendo um elemento que serve para construir ou para fundar o vínculo social” (VIEIRA e TEIXEIRA, 2005, p. 19). E transcrevendo para o local trabalhado aqui, o que disseram Vieira e Teixeira (2005, p.19) "o que se prioriza nesse momento é o valor regional ou microrregional, fazendo brotar o sentimento de pertencimento a uma comunidade, neste caso, o município ou a cidade, dependendo do caso, ou simplesmente um bairro". Criar laços de pertencimento e valoração dos bens culturais é algo que deve ser considerado, também, nas esferas institucionais, públicas e privadas.

Vários órgãos e empresas detêm acervo arqueológico, sem que, contudo, tenham qualquer responsabilidade sobre ele. Embora considere-se a questão da objetividade estatutária, saber onde e como está o bem já exige ações efetivas que se somarão à preservação no exercício de uma questão legal e a tratados internacionais e, portanto, torna-se uma obrigação de todos. Um passo importante foi dado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), quando instituiu no seu Regimento Interno, a previsão do acervo arqueológico e abriu discussão sobre a necessidade de conhecê-lo e inseri-lo na programação agrária de suas fazendas.

Na atualidade, observa-se que o interesse em preservar o patrimônio cultural local advém de uma parcela muito pequena da população que institui, ou tenta instituir, na grande maioria, o sentimento de valor agregado ao bem arqueológico existente num processo que pode ser associado ao discurso de Santos (1996, p. 90) ao dizer que “o patrimônio é sempre visto como testemunho de um processo histórico, e não como imagem de uma nação idealizada”, neste caso, um município ou uma cidade idealizada.

Cabe destacar que mudanças positivas têm sido sinalizadas nos municípios abrangidos por este estudo. Nova Iguaçu dispõe de um grupo de servidores públicos municipais que vem agindo sobre o patrimônio cultural edificado e participando de discussões pautadas por esses bens. No entanto, e o arqueólogo, onde está? O passo é importante, mas ainda tem um longo percurso a



fazer até alcançar as metas. Queimados, na gestão encerrada em 2016, iniciou discussões importantes a nível de governo municipal que canalizaram para a intenção de implantar o Museu da Laranja, mas na gestão iniciada em janeiro de 2017 essa discussão terminou. Foi reiniciada em 2020, mas não evoluiu como pretendido. Um dos exemplos dos avanços e desafios encontrados é o Projeto de Lei Nº 1801 de 17 de maio de 2016, que transforma o Sítio Arqueológico Histórico registrado no IPHAN como Fazenda Roseira no Bairro Fanchem, Município de Queimados, que na verdade se localiza na Vila Central ou Nossa Senhora da Conceição. Trata-se de um projeto de casa de embalagem de laranja do período do Ciclo da Citricultura que não chegou a ser concluído. O Projeto de Lei argumenta que a ruína seria de um leprosário remetente à época do Império com grande relevância histórica e cultural não só para população queimadense, mas para toda população do estado do Rio de Janeiro. Aparece na justificativa que, segundo historiadores a sua construção se confunde com a própria história do Município de Queimados. Todavia, como diz Edson Ribeiro, pesquisador especializado em Cartografia Histórica, (Comunicação Pessoal no dia 22 de julho de 2017), quando em reunião do Grupo Amigos do Patrimônio Cultural, "não há indícios de leprosário em Queimado e mesmo a Estrada do Lazareto pode estar ligada a alguma capela vinculada à Nossa Senhora do Lazareto". Ou seja, fizeram um projeto de lei reconhecendo um sítio arqueológico histórico como leprosário, sem, contudo, fazer uma pesquisa bibliográfica. O projeto de lei legitimou, sem respaldo documental, uma "lenda local". Em que pese a iniciativa, ela não passou pelo crivo da discussão junto à comunidade local.

Outra estrutura a ser considerada no espaço desse estudo é o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, uma unidade de conservação ambiental, com 1.100 hectares e alcançando 956 metros de altitude, criada pelo Decreto nº 6.001, de 5 de junho de 1998, visando não somente à proteção da fauna e flora existentes, mas também, formalizar uma aprazível opção de lazer para a população local, situada numa área conhecida como Gleba Modesto Leal no Maciço do Gericinó. É uma área espacial com forte potencial arqueológico que remonta ao período pré-colonial e palco das manifestações africanas na Baixada Fluminense. Possui uma estrutura edificada capaz de se tornar sustentável com propósitos de vivência a partir da exploração de atividades de lazer a serem compartilhadas com a preservação ambiental e arqueológica.

Edgar Martins, enquanto gestor do Parque, elaborou e apresentou uma proposta consistente e coerente com essa ideia para a recuperação da casa sede da antiga gleba e sua utilização como espaço administrativo e recepção pública, parte dela já planejada graficamente.

Uma ideia exposta para o espaço existente consiste na criação de um restaurante típico a ser implantado no complexo edificado no início do século XX que funciona como um posto de



monitoramento do Parque, e que seria voltado à exploração dos produtos da agricultura familiar, cultivados segundo os princípios da agroecologia, como também, aproveitados os recursos alimentares da própria floresta.

A Vila de Iguaçú e a Fazenda São Bernardino são outro complexo que tem provocado discussões e propostas em diversos grupos em torno de sua utilização.

Defendemos que Iguaçú Velho, sítio arqueológico histórico de Nova Iguaçú, foi implantado sobre um assentamento pré-colonial tupiguarani, e para tanto, precisa ser pesquisado com esse olhar. Várias atividades têm considerado a preservação desse complexo. O espaço onde se assenta o Porto de Iguaçú, cujo processo de ocupação remonta ao período pré-colonial, é um lugar de extrema importância na inserção do patrimônio cultural arqueológico numa perspectiva de desenvolvimento local, com vista à sua sustentabilidade alicerçada em dois pilares, um socioeconômico e outro cultural.

O porto (atracadouro) merece destaque diante dos riscos a que está submetido, praticamente dentro da faixa de domínio de uma linha de transmissão de eletricidade das Furnas Centrais Elétricas, uma área de assentamento rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dentro dos limites da Área de Preservação Ambiental do Alto Iguaçú, criada pelo Decreto estadual 44.032 de 15 de janeiro de 2013 que abrange os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçú. A parcela fundiária rural dispõe de uma infraestrutura construída que pode ser utilizada para fins recreativo, não fosse a construção, sem o devido planejamento e cuidados com o patrimônio cultural arqueológico histórico.

Outro local importante para a Arqueologia é o Maciço do Tinguá e seu entorno, onde situa a Reserva Biológica do Tinguá, com 26.260 hectares, criada pelo Decreto 97.780 de 23.05.89, que contém um conjunto de estruturas históricas do período colonial formado por ruínas de igreja, residências e caminhos que assumiram importância nacional, com o Caminho Novo do Tinguá, cujo percurso, defendo ter sido aproveitado de uma via pré-colonial. Completam este conjunto as estradas do Comércio e da Polícia que se constituíram em grandes vias de circulação nacional.

O Projeto Corredor Cultural da Fazenda Paes Leme, em fase de elaboração, no âmbito do Plano de Recuperação do Assentamento da Fazenda Paes Leme (PRA), criado a partir do contrato nº 007/2007, firmado entre o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. (CEDRO), em 01 de agosto 2007, tem por meta ser implantado na área de alcance dessa zona de amortecimento, especificamente, no espaço de influência do Assentamento da Fazenda Paes Leme, criado para fins do Programa Nacional de Reforma Agrária. Até então, a comunidade



assentada em 68 lotes em que está fracionada a Fazenda em comento, era tratada, apenas, como uma estrutura de produção agrícola, restringindo o trabalho a um diagnóstico do solo, da aptidão agrícola e as principais características fisiográficas e socioeconômicas. Deixou de fora, por causa do modelo do Programa Nacional de Reforma Agrária, até então em vigor, outros fatores de relevância ao desenvolvimento da comunidade, enquanto uma estrutura agrária, inserida no contexto da zona rural do Município de Miguel Pereira. Assim, deixou de contemplar o cidadão e a cidadã existentes no espaço, compartilhado por, além de solos, rios, riachos, vegetação, técnicas agrícolas e comercialização. Pessoas com ambições pretendidas, necessidades de grupos de interesses formados por famílias de produtores rurais nas diversas faixas etárias verificadas, visão de mundo, patrimônio, memória e identidade culturais, capital social e vocação da comunidade para o desenvolvimento local, estão fora do contexto. O Projeto Corredor Cultural da Fazenda Paes Leme possui como principal objetivo a integração das atividades agrícolas numa perspectiva agrária, nele o agrário se estende na percepção do trabalhador e trabalhadora rural, enquanto cidadãos e cidadãs portadores de aspectos culturais específicos que os distinguem dos cidadãos e cidadãs urbanos (CASTELL, 2009).

Belford Roxo se sobressai com o Projeto de Revitalização da Fazenda do Brejo já tendo ocorrido uma audiência pública com esse fim. Mesquita se posicionou favorável ao desenvolvimento de projetos que contemplem o patrimônio cultural arqueológico, como foi colocado pelo Secretário de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, em entrevista pessoal realizada em 5 de fevereiro de 2017, embora reconheça na urbanização, um processo forte e quase invencível diante da valorização de um bem cultural. Do ponto de vista político, Japeri continua tímido, mas do ponto de vista ativo, se sobressai com grupos de defesa do patrimônio cultural que interfere nas decisões da Prefeitura.

De uma forma geral, o patrimônio arqueológico é ignorado enquanto coisa objetificada com agregação de valor, investido na função de memória e com propósito simbólico. A grande maioria das pessoas que o margeiam são atores que agem sobre esse acervo, mas sempre com impactos negativos. Observa-se como causa a ausência de vínculo a um processo de aprendizagem, pois quando o sujeito da ação passa a conhecer o patrimônio em voga, cria-se, num primeiro momento, o confronto ocasionado pelo interesse dos lados envolvidos, o que pode ser exemplificado por um produtor rural que se utiliza das pedras de uma estrutura de contenção de encosta de uma estrada do período imperial e é abordado, com um discurso informativo sobre o que está sendo desmanchado. Essa ação é entendida como censura ao que ele pretende fazer e gera o discurso antagonico, que só será revertido quando se conseguir atribuir ao acervo uma função econômica,



capaz de gerar renda. Nesse momento estabelece um diálogo entre o agressor do bem e o defensor da sua preservação o que resulta na compreensão do objeto enquanto algo de valor.

Na busca de uma justificativa para essa situação, caracterizada pela relação antagônica, estabelecida entre o cidadão e o patrimônio cultural arqueológico, onde a demanda de um se opõe aos interesses do outro,

“em 1961, após quase três décadas à frente do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade”, afirmou não ser o Brasil constituído apenas de seu território, de sua configuração no mapa do Hemisfério Sul. Para identificarmos a nação brasileira, dizia, teríamos de considerar a obra da civilização realizada no país: a produção material e espiritual que herdamos (RUBINO, 1996, p. 97).

Associando esse discurso ao local em destaque, podemos reproduzir e aplicar as palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade quando o município do local descrito só é visto pelo seu espaço e arrecadação.

“A criação do SPHAN em 1937, embora tenha sido representativa para uma pequena parcela da população” (RUBINO, 1996, p. 97), para o grande público brasileiro, isso não significou nenhum avanço. A prova está aqui, nos limites da atuação desse estudo. “Se por um lado houve um descobrimento do país que se inventou e inventariou um Brasil histórico e artístico, etnográfico, arqueológico e geográfico” (RUBINO, 1996, p. 97), por outro lado, ficou de fora, um Brasil que se encontrava além dos limites físicos de uma elite de intelectuais bem-intencionados, mas restritos a uma pequena realidade.

Falar de preservação sem o envolvimento da comunidade, é mera expectativa de estar discutindo a proteção de bem cultural arqueológico. Um exemplo experimentado foi o Sítio Arqueológico Morgado de Belém, situado na RJ 093, descoberto e redescoberto em 1988, quando a Associação de Amigos e Moradores de Japeri (AMOR-JÁ) iniciou os preparativos da comemoração dos 243 anos do então 6º Distrito de Nova Iguaçu, Japeri. As ruínas já eram velhas conhecidas, mas a comunidade nunca havia atentado para sua importância e significado que ganhou notoriedade a partir de então. Até o início da década de 1990, a proprietária – que havia gostado da ideia de ter um sítio arqueológico dentro de sua propriedade, e que passou a ser visitada por escolas, em aulas práticas de Geografia e História – vendeu o sítio para uma mineradora local que resolveu murá-la com sérios prejuízos à História e Patrimônio Arqueológico do então Distrito de Nova Iguaçu. A comunidade se mobilizou, o IPHAN e a imprensa foram chamados e conseguiu-se impedir o avanço da destruição, mas o muro foi, infelizmente, construído. Os moradores vizinhos sempre procuravam a equipe para falar de uns achados que teriam sido descobertos pelos tratores.



Falavam se tratar de "dois tachos cheios de tesouros". Em seguida, vários acontecimentos coincidiram no pátio operacional da pedreira o que levou ao surgimento de uma lenda: que os arqueólogos eram bruxos e que jogaram praga e que foi castigo por terem perturbado a casa, que era mal-assombrada. Nisto seguiu-se até que o plebiscito promoveu a emancipação do 6º Distrito de Nova Iguaçu, o novo município foi instalado e o sítio arqueológico continuou ameaçado pela mineradora até 2020, quando um novo governo foi eleito com nova visão sobre o bem arqueológico.

“A institucionalização de uma política federal de preservação, iniciada em 1937” (FONSECA, 1996, p.154), não foi suficiente para garantir, em 2020, que o avanço da metropolização do Rio de Janeiro sobre o espaço geográfico fluminense, fosse compatível com a localização, identificação, mapeamento, fiscalização efetiva e ostensiva e funcionalidade do acervo patrimonial cultural inserido em seu contexto. Tampouco de promover a extensão do "Projeto Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país" que, conforme disse Fonseca:

se propunha a apoiar e acompanhar projetos propostos por grupos e organizações da sociedade, calcado nos pressupostos da pluralidade cultural e da eficácia da gestão descentralizada e participativa. Tratava-se de aproximar os processos educativos do contexto cultural dos alunos, visando não apenas aprimorar a dinâmica da aprendizagem como também a conferir estatuto de "cultura" às experiências que o aluno trazia para a escola. (Fonseca, 1996, p. 157)

Isso reforça a ideia de que “a reflexão sobre o patrimônio e as políticas de preservação do ponto de vista do exercício da cidadania é, na atualidade, o maior interesse teórico e prático, por vários motivos” (FONSECA, 1996, p. 153), porém a questão é como fazer com que esse ideal alcance a localidade. Os programas federal e estadual das políticas de patrimônio não conseguiram alcançar a escala municipal, transformando em ação o discurso acadêmico impresso nos artigos científicos. O distanciamento entre a demanda de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio e a sociedade alcançou proporções alarmantes a ponto de não ser esse um tema a ser discutido em assuntos gerais e espontâneos, como são o futebol e a religião. O fato é que nenhum partido político local aborda a questão cultural, em especial o patrimônio e sobretudo o arqueológico, como programa de governo que deve ser pautado no plano diretor municipal. A orientação dos marqueteiros, não é discutir programa político, mas imagem do candidato a ser vendida como produto eleitoral.

Se antes o patrimônio cultural era rejeitado, agora percebemos que, de um lado permanece nessa condição, de outro, tolerado e, de um outro lado, bem menor, compreendido por uma parcela da população componente da sociedade municipal, que vem aumentando as ações sobre a proposta preservacionista, embora esbarre na questão política que detém o Poder das decisões.



Talvez isso possa ser explicado por Canclini (1994, p. 92) quando afirma que “o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser lugar de cumplicidade social”.

O cenário favorável às ideias de preservação não garante, ainda, uma mudança no paradigma político regional. Um fator negativo recorrente é a mudança de governo que altera de forma considerável a estrutura do quadro de pessoal o que pode levar ao retrocesso. É importante ressaltar que essas iniciativas não fazem parte da pauta de discussões no programa de governo proposto durante a campanha eleitoral, uma vez que é comum a ausência deste programa. Em 2017 foi possível observar mudanças no comportamento das pessoas em relação ao patrimônio cultural, com base nos poucos trabalhos já executados.

Ao longo da pesquisa foi possível acessar e conhecer o olhar de um segmento social específico formado por aqueles que desenvolvem atividades correlacionadas com o patrimônio cultural arqueológico nos municípios abrangidos pelo estudo, revelando que um contingente considerável de pessoas não tem consciência sobre a existência e necessidade de preservação do bem arqueológico na área abordada, mas afirmam reconhecer que o patrimônio arqueológico de uma forma geral é importante. Em entrevista com o Coordenador da Diretoria Regional Pedagógico-Administrativa da Secretaria de Estado de Educação - Metropolitana I, ele confirmou a informação de outros profissionais sobre a grande dificuldade em se introduzir fatos novos no currículo escolar, em função da resistência exercida pelos professores. Uma afirmação compartilhada pela Professora da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro, Sonia Gondim (falecida em abriu de 2019), que descrevia a resistência dos professores como um obstáculo a ser rompido para se alcançar o desenvolvimento de atividades inovadoras nas escolas da rede pública. Foi possível acompanhar, num encontro de professores no Município de Mesquita, do 4º Grupo de Estudos, Produção, Extensão e Formação (GEPEF) de Ciências Humanas, organizado pela Coordenadora de História e Geografia dos Anos Finais, Prof.^a Rejane Corrêa, para a discussão do currículo de ensino oficial daquele Município que, por determinação da Lei Federal 11.645 de 10 de março de 2008, ficam estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A ideia despertou interesse em um grupo de professores, mas um outro, se mostrou desinteressado por razões de desconfiança política. Atentamos para a importância desse tipo de atividade, principalmente no tocante à possibilidade de introdução de propostas para discussão. Nesse processo foi confirmado a existência de resistência por parte de um grupo de professores, que realmente impossibilita, ou no mínimo, dificulta, as alterações propostas. Essa realidade confirma a



necessidade e importância do desenvolvimento de métodos de abordagens capazes de abrir e estabelecer diálogos com os profissionais de educação, posto que podem se constituir em barreiras à tramitação das propostas em função da resistência a alterações em atividades engessadas num modelo tradicional.

Conclusão

O patrimônio cultural arqueológico no contexto de Nova Iguaçu, Japeri, Queimado, Mesquita e Belford Roxo demanda o desenvolvimento de um plano de gestão que articule a integração de atores que agem sobre sua conservação e polícias públicas locais direcionadas ao enfrentamento dos impactos provocados pelo avanço, cada vez mais intenso, da urbanização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Observa-se que a sociedade civil organizada em suas entidades sociais são mais acessíveis ao advento de programas voltados a esse fim, do que a parte organizada nas formas empresariais. A ideia neste artigo foi apontar rumos diante da, lamentável, carência de políticas culturais locais coerentes que transcendam a temporalidade e garantam a continuidade das ações. Reconhecemos na arqueologia pública, enquanto corrente arqueológica, o substrato teórico-metodológico potencializado a esse fim. A criação de um programa integrado ao patrimônio cultural arqueológico se mostra fértil ao sucesso na conservação desse bem arqueológico na região abrangida pelo estudo abordado aqui.



Referências bibliográficas

- BASTOS, Rossano Lopes. **O registro arqueológico como instrumento de memória social: novas abordagens.** In: OLIVEIRA, Ana Paula de Loures; OLIVEIRA, Luciane Monteiro (Orgs.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto.* Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p.7-22. Disponível em [HYPERLINK "file:///C:/Users/arque/Downloads/O_Registro_arqueologico_como_instrumento.pdf"](file:///C:/Users/arque/Downloads/O_Registro_arqueologico_como_instrumento.pdf)
[O Registro arqueologico como instrumento.pdf](#) Acesso em 03 ago. 2022.
- BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise C. (Orgs.). **Normas e gerenciamento arqueológico.** 2ª ed., 9º SR/IPHAN, São Paulo, SP, 2008.
- BASTOS, Rossano Lopes. *Arqueologia Pública e Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico Brasileiro. Conferência de abertura da Disciplina Gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro no Programa Erasmus Mundus: mestrado de Arqueologia e arte rupestre.* IPT/UTAD. [S/D]. Disponível em [HYPERLINK "https://usp-br.academia.edu/RossanoLopesBastos"](https://usp-br.academia.edu/RossanoLopesBastos) [\(99\) Rossano Lopes Bastos | Universidade de São Paulo - Academia.edu](#) Acesso em 13 mar. 2022.
- BRASIL, IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceito e Processo.** 2014. 2. ed. revista ampliada. Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, Brasília, DF 2014. Disponível em [HYPERLINK "http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/EducPatrimonialweb_final_segunda%20edicao.o.pdf"](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/EducPatrimonialweb_final_segunda%20edicao.o.pdf) [EducPatrimonialweb_final_segunda edicao.pdf \(iphan.gov.br\)](#) Acesso em 13 mar. 2017.
- CANCLINI. Néstor García. *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional.* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23, p.p. 91-111. Tradução de Mauricio Santana Dias, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** 4ª edição. Coleção Pensamento Crítico. Vol. 48. Ed. Paz e Terra. São Paulo. SP. 2009.
- DIAS, Ondemar; NETO, Jandira. **A Pré-História e a História da Baixada Fluminense:** A ocupação humana na Bacia do Rio Guandu. Instituto de Arqueologia Brasileira, IAB Editora, Belford Roxo-RJ, 2017.
- DIAS, Ondemar, CARVALHO, Eliana, RODRIGUES, Calasans. *Sítio Madame Picucha.* **Coleção Museu 95.** IAB. Fazenda Calundu. Belford Roxo. RJ. S.D.
- FONSECA, M. C. L. *Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80.* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 153-163, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. *Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras.* **Praxis Arqueológica**, nº 3, p. 131-138, 2008. ISSN 1646-1983
- FUNARI, Pedro Paulo; CAMARGO, Vera Regina Toledo (Org). **Divulgando o patrimônio arqueológico.** Editora Bonecker. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, junho de 2018.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. *Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. Dossiê: Patrimônio Histórico.* **HISTÓRIA**, São Paulo, 27 (2): 2008.



- GOULD, Peter G. On the Case: **Method in Public and Community Archaeology**. University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, USA Public Archaeology pp. 1-18. Ed. Routledge Taylor & Francis Group. UK. 2016.
- JAMESON JR, John H. Public Archaeology in the United States. In Public Archaeology, MERRIMAN, Nick (Edited by). **Routledge**, Taylor & Francis Group. p. 21-58. London, UK, 2004.
- MATSUDA, Akira. **The concept of “the Public” and the aims of Public Archaeology**. Papers from the Institute of Archaeology 15, p. 66-76. UK. 2004.
- MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da Cultura Nacional. In **RIPHAN**, nº 22 pp. 44-47, Brasília, DF, 1987.
- MOSHENSKA, Gabriel. **Key Concepts in Public Archaeology**. University College London. Institute of Archaeology. February 2017. <https://www.ucl.ac.uk/ucl-press/browse-books/key-concepts-in-public-archaeology>
- MOSHENSKA, Gabriel. **What is Public Archaeology?** University College London. Institute of Archaeology. Present Pasts, vol. 1 nº1, (2010). DOI: http://doi.org/10.5334/pp.7_
- REVELL, Louise. Constructing Romanitas: Roman public architecture and the archaeology of practice. In Baker, P., Forcey, C., Jundi, S., and Witcher, R. (eds.) (1999) TRAC 98: Proceedings of the Eighth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference. Oxford: Oxbow Books. April 2013.
- RIO DE JANEIRO. INEA. **E—07-202.161-2006 Nova Iguaçu Gasoduto Japeri Petrobras**. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/eia-rima-2007> , Acesso em 23 abr. 2022.
- RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, p.p. 97-105. Ano 1996.
- SÁNCHEZ, Jaime Almansa. Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la Arqueología Pública «A La Española». **ArqueoWeb**, 13, p-p. 87-107. 2011. ISSN: 1139-9201 Disponível em <https://www.academia.edu> Acesso em 16 mar. 2016.
- SANTOS, Mariza veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, p.p.77-95, 1996.
- SCHADLA-HALL, Tim. Editorial: Public Archaeology. **European Journal of Archaeology**, 2:2, 147-158, University College London, UK, jul 2013.
- UNESCO. DECLARAÇÃO DE CARACAS. In **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 15. ICOM, Caracas, Venezuela, 16-01 a 06-02-1992.
- VIEIRA, Silviane de Souza; TEIXEIRA, Simonne. Campos dos Goytacazes e o IPHAN nos anos de 1930: Identidade Nacional e Preservação do Patrimônio. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS – Número Especial** – v. 33, ano 18, Uberlândia, MG, 2005.
- WHEELER, Mortimer. Arqueología de Campo. Fondo de Cultura Económica. **Tercera reimpressão** (FCE-Espanha), Madri, Espanha, 1995.



WIJESURIYA, Gamini. Conserving the Temple of the Tooth Relic, Sri Lanka. In **Public Archaeology. Org. ASHERSON, Neal & MCMANAMON**, Francis. v. 1, n. 2, p. 99-108, ed. James & James (Science Publishers) Ltd, 2000.